



JOURNAL OF  
GLOBAL STUDIES

ISSN 1518-1219

<http://www.meridiano47.info>

### João Paulo Madeira

Universidade de Cabo Verde,  
Laboratório de Pesquisa em Ciências  
Sociais, Praia, Cabo Verde  
([joao.madeira@docente.unicv.edu.cv](mailto:joao.madeira@docente.unicv.edu.cv)).

 ORCID ID:  
[orcid.org/0000-0002-0016-8167](https://orcid.org/0000-0002-0016-8167)

### Nataniel Andrade Monteiro

Universidade de Cabo Verde, Centro de  
Investigação em Desenvolvimento Local  
e Ordenamento do Território, Praia,  
Cabo Verde  
([nataniel.monteiro@student.unicv.edu.cv](mailto:nataniel.monteiro@student.unicv.edu.cv)).

 ORCID ID:  
[orcid.org/0000-0002-2423-5619](https://orcid.org/0000-0002-2423-5619)

#### Copyright:

- This is an open-access article distributed under the terms of a Creative Commons Attribution License, which permits unrestricted use, distribution, and reproduction in any medium, provided that the original author and source are credited.
- Este é um artigo publicado em acesso aberto e distribuído sob os termos da Licença de Atribuição Creative Commons, que permite uso irrestrito, distribuição e reprodução em qualquer meio, desde que o autor e a fonte originais sejam creditados.



# Cabo Verde: Entre as Estratégias de Segurança Euro-Atlântica e a Nova Dimensão de Parceria Sul-Sul

Cape Verde: Between the Euro-Atlantic Security Strategys and the New Dimension of South-South Partnership

DOI: <http://dx.doi.org/10.20889/M47e17011>

Meridiano 47, 17: e17011, 2016

## Resumo

O artigo discute o papel de Cabo Verde na segurança Euro-Atlântica e no desenvolvimento de uma nova dimensão de parceria Sul-Sul. Com a intensificação de ameaças e riscos no ambiente de segurança global, Cabo Verde apesar de ser populacional e territorialmente pequeno e desprovido de recursos, economicamente dependente, pode contribuir para que o Atlântico seja um corredor de paz e de estabilidade política.

## Abstract

The article discusses the role of Cape Verde on Euro-Atlantic security and the development of a new dimension of South-South partnership. With the intensification of threats and risks in the global security environment, Cape Verde although being territorially and small and lacking in resources, economically dependent, can contribute to the Atlantic as a corridor of peace and political stability.

**Palavras-chave:** Atlântico Sul; Parceria Sul-Sul; Segurança Internacional, Cabo Verde.

**Keywords:** South Atlantic; South-South Partnership; International Security; Cape Verde

Recebido: 26 de fevereiro de 2016

Aceito: 11 de abril de 2016

## Introdução

**P**or uma rota estratégica na ligação entre o continente europeu, africano e americano, o Atlântico entrou numa nova era pós-Guerra Fria, em que se intensificaram relações entre Estados e organizações internacionais e, ao mesmo tempo, proliferaram fenômenos como a imigração ilegal, a criminalidade conexas e o

narcotráfico, que colocaram em vigilância os países da região, em particular o arquipélago de Cabo Verde, que procurou criar as condições e as estruturas necessárias no sentido de garantir a segurança na região da costa ocidental africana. Cabo Verde é um país insular e ocupa uma posição geoestratégica privilegiada na *Garganta Atlântica* e, por esse motivo, tem despertado o interesse de potências mundiais, que o procuram com o objetivo de estabelecer formas de cooperação e de parcerias estratégicas. Neste quadro, além de ser uma plataforma incontornável na segurança Euro-Atlântica, o arquipélago poderá contribuir para o desenvolvimento de uma nova dimensão de segurança na relação Norte-Sul e Sul-Sul.

Do ponto de vista geoestratégico, a segurança continua a estar em destaque nas agendas nacionais, regionais e internacionais, absorvendo elevados recursos aos Estados, e Cabo Verde não é uma exceção. Perante a escassez de recursos econômicos, torna-se imprescindível para o arquipélago o estabelecimento de parcerias e cooperações internacionais concretamente no âmbito da segurança e defesa, se quiser ser útil e credível na cena internacional, já que são opções assumidas pelo Estado. Porém, questiona-se aqui, em que medida Cabo Verde pode contribuir nas estratégias de segurança delineadas para a região Euro-Atlântica e no desenvolvimento de uma nova dimensão de parceria Norte-Sul e Sul-Sul? Com recurso à revisão da literatura, complementada por uma análise interpretativa que caracteriza os estudos qualitativos, procura-se responder à questão de partida, comparando e confrontando um conjunto de perspectivas teóricas (Amante da Rosa, 2007; Évora, 2014; Lourenço, 2006; Matos, 2012, 2014; Varela, 2000; 2007). Neste sentido, esta investigação assenta numa análise intersubjetiva, alternativa e flexível que visa aproximar o universo teórico à realidade cabo-verdiana, numa conjuntura geo-histórica peculiar.

Cabo Verde pode, do ponto de vista geoestratégico, constituir uma região pivô e um vector importante nos planos de segurança definidos para o Atlântico num quadro de projetos, condutas e políticas que derivam de conjunturas específicas, evidentemente, combinadas com a cooperação multissetorial e pluridimensional da integração regional no sentido de intensificar os esforços na promoção do diálogo Norte-Sul e Sul-Sul.

## **A segurança: uma tarefa compartilhada e integrada**

As profundas alterações na política mundial pós-Guerra Fria, com a intensificação das interações inter-regionais e proliferação de ameaças e riscos no ambiente de segurança global, motivaram os Estados e organizações internacionais para o imperativo de se criarem as condições capazes de garantir a segurança dos seus territórios e das regiões onde se encontram geograficamente inseridos. Em razão das reais ameaças ao desenvolvimento humano, as questões de segurança assumiram definitivamente uma maior preeminência (Bernardino, 2008).

Caracterizada por um conjunto de providências que procura garantir a paz inter e intra-estatal (Moreira, 1988), a segurança, deve estabelecer-se como um campo de atuação para os restantes setores estratégicos. As discussões sobre o conceito de segurança ganharam especial importância no período pós-conflito bipolar, contexto em que a concepção realista outrora dominante fazia depender a segurança do Estado num sistema internacional considerado anárquico, ver-se-ia confrontada por um conjunto de

correntes teóricas (Cravinho, 2006; Dannreuther, 2007). Na perspectiva do realismo, o Estado institui-se não só como o principal ator, mas também como a referência quase exclusiva da segurança, pois ela é do Estado, pelo Estado e em nome do Estado, associando-se quase sempre à dimensão militar (Tomé, 2014). Por se configurar como uma das noções mais ambíguas e debatidas de todo o edifício conceptual das relações internacionais, a segurança firma-se como um conceito bastante contestado (Baldwin, 1997) e conceitualiza-se pela estratégia de acomodar não apenas as suas evoluções como também as transformações, de modo a que seja possível identificar a complexidade dos elementos que a compõem.

A visão tradicional sobre o conceito de segurança foi sendo severamente contestada nas últimas duas décadas, deixando o Estado, desde logo, de ser o centro ou pelo menos a única referência, e a segurança passa a priorizar as coletividades humanas, constituindo um imperativo à sobrevivência, autonomia e proteção coletiva dos membros da sociedade, independentemente da capacidade militar do Estado onde vivem (Alagappa, 1998; Buzan, 1991; Tomé, 2014). Este novo paradigma de segurança evoluiu ao ponto de se conferir uma maior proteção às populações, pois estas são constantemente ameaçadas e afetadas pelas guerras civis e conflitos regionais (Bernardino, 2008). A segurança significa a proteção e a promoção de valores e interesses tidos como vitais para a sobrevivência e o bem-estar da comunidade, estando tanto mais salvaguardada quando mais perto se estiver da ausência de preocupações militares, políticas e económicas (Tomé, 2014). Verifica-se aqui uma passagem do conceito da segurança clássica para um conceito de segurança humana, ou seja, substituiu-se o conceito estereotipado de segurança, centrado no Estado para o de segurança humana, centralizado nas sociedades, nas populações e no ser humano (Bernardino, 2008).

A interdependência entre os fenômenos locais e internacionais intensificaram-se nas últimas décadas, na medida em que os acontecimentos no interior de um Estado são susceptíveis de afetar a segurança internacional, do mesmo modo em que as incidências no panorama externo tendem a influenciar a segurança no seio de outros Estados. Significa que a segurança liga, de forma sistemática, os níveis internos e externos, e assim ela deve ser tratada sob uma perspectiva integrada (Buzan 1991). Integrada porque as ameaças à segurança não se restringem às fronteiras nacionais, pois encontram-se relacionadas entre si e devem ser encaradas nos planos nacional, intra-estatal, regional e inter-nacional.

Em virtude da incapacidade do Estado em atuar e decidir de forma isolada, perante as pressões a que está sujeito, quer por causa dos processos de globalização e integrações regionais, quer por causa da proliferação e mutação dos riscos e ameaças, outros atores (organizações internacionais e regionais) têm vindo a ganhar destaque no que se refere às questões de segurança e, por conseguinte, o Estado tem vindo a deixar de ser perspectivado como a única ou até a principal referência da segurança (Tomé, 2014). Ante este cenário, a estratégia do Estado passa pela priorização e mobilização das capacidades, estruturas e recursos da Nação, bem como os das organizações internacionais, com vista à consecução dos objetivos da política de segurança nacional, regional e internacional. Os países banhados pelo Atlântico têm vindo a ser confrontados com um processo de transição internacional intenso em múltiplos sectores, o que envolve definições de estratégias tanto para o hemisfério Sul, como para o hemisfério Norte. Neste quadro, para garantir as condições mínimas de estabilidade num contexto de transformação contínua, são indispensáveis a continuidade da Aliança Atlântica e da cooperação internacional.

## As estratégias de segurança da Aliança Euro-Atlântica

No contexto atual, quer a nível regional, quer a nível global, abordar a temática do desenvolvimento sustentado, requer efetivamente que se criem as condições para que a segurança prevaleça, uma vez que não se pode evoluir social e economicamente se existir a insegurança e conflitos intra e inter-regionais (Bernardino, 2008). Sem segurança não pode haver desenvolvimento e sem desenvolvimento não há segurança (Bernardino & Leal, 2011). Cientes desta proposição, o Estado e as organizações internacionais procuraram, com o término da Segunda Guerra Mundial, enveredar esforços para promover uma cultura de paz e de desenvolvimento humano, criando para o efeito, instrumentos que legitimem e tornem eficazes as intervenções em nome dos interesses da humanidade (Moreira, 2002).

Os Estados modernos são atualmente ameaçados por múltiplos e complexos fenômenos, que carecem de respostas e soluções múltiplas e articuladas por parte de organizações multilaterais de segurança coletiva. No âmbito da estratégia de segurança Euro-Atlântica, destaca-se a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), cujas intervenções têm contribuído para consolidar e reforçar o *know-how* dos seus Estados-membros. Trata-se de uma organização intergovernamental de carácter político-militar fundada, através do Tratado de Washington em 05 de Abril de 1949, pelos seguintes países: Bélgica, Canadá, Dinamarca, Estados Unidos, França, Holanda, Islândia, Itália Luxemburgo, Noruega, Portugal e Reino Unido, e conta atualmente com vinte e oito Estados-membros. Assim, para além dos seus fundadores destacam-se a Grécia, Turquia, Alemanha, Espanha, Hungria, Polónia, República Checa, Bulgária, Estónia, Letónia, Lituânia, Roménia, Eslováquia, Eslovénia, Países Baixos e Croácia.

O princípio fundador da OTAN é o de que a proteção coletiva dos seus Estados-membros é uma necessidade impreterível, pois a segurança de cada Estado depende da segurança de todos eles, partilhando os benefícios, bem como os riscos e as responsabilidades. Os Estados-membros desta organização comprometem-se, sem colocar em risco o princípio da soberania, que deveriam, tendo em conta o interesse de outros parceiros, atuar em conjunto no caso de qualquer deles ser atacado seguindo os termos previstos no tratado (Correia, 2004).

Instituída no contexto da Guerra Fria, a OTAN tem, ainda nos dias de hoje, como objetivo reforçar as capacidades dos seus Estados-membros na consecução de estratégias de apoio ao desenvolvimento sustentado e à segurança participada, em cooperação como outros atores regionais e internacionais. Assim, para os Estados a dedicação no âmbito desta Aliança, é a condição sem a qual não é possível garantir a segurança do coletivo, face à mudança do ambiente geopolítico e geoestratégico.

Com o término da Guerra Fria, a política da Aliança evoluiu na medida em que a OTAN procurou refletir sobre a grande mudança do ambiente político e militar na Europa e sobre a emergência de novas ameaças à segurança. Face a esta realidade, a organização alargou a sua esfera de atuação, dialogando e cooperando com outros países e organizações fora da “Aliança”, convencendo-os da necessidade de reforçar a segurança através de intervenções delineadas e muito bem projetadas. Com efeito, o processo de transformação e evolução da Aliança levou a que esta procurasse atualizar o seu catálogo de forças, reajustando o dispositivo, com a finalidade de se preparar para assumir outro protagonismo

no panorama internacional, em benefício da segurança e apoio não só no seu espaço tradicional de atuação, mas também em todo o mundo (Bernardino, 2008).

A defesa militar deixa de constituir a única preocupação e a OTAN, e passa assumir outras tarefas, adotando abordagens inovadoras e pragmáticas para resolver questões mais complexas, criando as condições e capacidades, através das parcerias e do alargamento da área de interesse, para intervir fora das fronteiras geográficas dos seus Estados-membros, por exemplo em África, na Ásia e na Europa (Correia, 2004). Com a adopção do paradigma de transformação, a Aliança Euro-Atlântica passou a estabelecer-se cada vez mais como um parceiro credível de outras organizações internacionais, (Bernardino, 2008). Por exemplo, passa a representar-se como o mais importante braço da Organização das Nações Unidas (ONU), contribuindo para a segurança mundial (Nozar; Dos Santos e Da Costa, 2004).

## **A emergência de uma nova dimensão de segurança na relação Sul-Sul**

Com a divisão da terra a partir da linha do Equador em hemisfério Sul e hemisfério Norte, a compreensão dos fenómenos internacionais passa necessariamente pela análise desta linha imaginária, responsável pela dinâmica geo-histórica do globo. Ao falar do Atlântico, do ponto de vista geopolítico, mostra-se necessário dividi-la, independentemente das perspectivas em análise, em duas bacias, a do Sul e a do Norte. Localizando a Sul tudo o que existisse abaixo dessa linha ou paralelo e, por oposição, a Norte tudo o que estivesse acima da linha (Amante da Rosa, 2007).

As parcerias, cooperações internacionais e a criação de organizações regionais, obedecem, em particular à lógica desta realidade. A criação da OTAN, por exemplo, acabou por, na prática, definir o limite para o Atlântico Sul. Cientes desta realidade, os países do Sul procuram trabalhar no sentido de dar visibilidade ao Atlântico Sul, respondendo de forma indireta à institucionalização da OTAN, com a criação da Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZOPACAS), visto que a bacia do Atlântico Sul apresenta um incontestável valor estratégico e económico, detendo vastos recursos naturais, em especial na zona do Golfo da Guiné (Arsénio, 2014).

Estabelecida através da Resolução 41/11 da Assembleia Geral da ONU em 27 de Outubro de 1986 entre os Estados costeiros da América do Sul (Argentina, Brasil e Uruguai) e os Estados Africanos (África do Sul, Angola, Benim, Camarões, Cabo Verde, Congo, Costa do Marfim, Guiné Equatorial, Gabão, Gâmbia, Gana, Guiné, Guiné Bissau, Libéria, Namíbia, Nigéria, República Democrática do Congo, São Tomé e Príncipe, Senegal, Serra Leoa e Togo), a ZOPACAS procurou incentivar integração intra-regional entre os países-membros, promovendo a cooperação económica, cultural e militar.

A preocupação com a proliferação de armas de destruição maciça ou produção de armas nucleares e a tentativa de eliminar focos de conflito e tensões intra e inter-regionais estiveram na base das preocupações para a criação da Zona de Paz e Cooperação (Hurrell, 1998). Trata-se aqui de um projeto proposto, no período pós-Guerra Fria, pelo Governo brasileiro de José Sarney (1985-1990), e contando com forte apoio da Argentina, a ZOPACAS estabeleceu como objetivos centrais a promoção da estabilidade democrática e do desenvolvimento económico e ambiental. Para atingir estes objetivos, era preciso, na

perspectiva da Zona de Paz e Cooperação, minimizar a expansão e presença de potências extra-regionais que procuram a região do Atlântico Sul para expandir as suas influências políticas e militares.

A Organização do Tratado do Atlântico Sul (OTAS), inspirada na OTAN, seria o modelo de organização que, a partir de 1969 se pretendia para o hemisfério Sul. Em consideração à contextualização histórica do pensamento geopolítico, a África do Sul e a Argentina eram os países que mais apoiavam este projeto, cujo objetivo principal era o de expandir as suas influências e concretizar os seus interesses militares (Filho, 2015). Porém, o Brasil e a Nigéria não aprovaram este projeto, pois não viam com “bons olhos” que o Atlântico Sul se submetesse aos interesses e à influência militar das grandes potências ou dos poderes regionais como os da Argentina e da África do Sul (Coutau-Bégarie, 1985). O projeto foi perdendo força, dando lugar à criação da ZOPACAS (Filho, 2015).

As mudanças na política regional e internacional, registadas a partir da década de oitenta do século XX, tiveram repercussão imediata nos países do Cone Sul, que regressaram, de forma gradual, à democracia. No mesmo período, concretamente em Junho de 1991, assiste-se ao desmoronamento do regime do *Apartheid* na África do Sul, que representou para os países africanos uma nova era de cooperação e formas de parceria. A África do Sul passa a ser um país estratégico com credenciais para se transformar numa zona econômica importante, criando as esperanças para a retoma do crescimento econômico em África (Filho, 2015). Com este marco histórico de suma importância para o continente africano, os países da América do Sul procuraram uma concertação política com a África, na concepção de que as duas regiões têm interesses semelhantes relativos à agenda internacional.

Contudo, se, até início de 2013, foram realizadas apenas sete reuniões ministeriais, duas leituras são possíveis de se fazer: a primeira é que os países membros da ZOPACAS reconhecem de facto que é importante a manutenção desta Zona de Paz perante as ameaças à segurança e os conflitos que persistem no hemisfério Sul do Atlântico; a segunda é que estes mesmos Estados-membros não têm mostrado a vontade política, no sentido de se criar as patrulhas conjuntas, com o objetivo de diminuir a insegurança registada, por exemplo na margem africana do Atlântico Sul, nomeadamente em águas do Golfo da Guiné que se transformaram numa área perigosa para o trânsito marítimo (Filho, 2008).

O Brasil, que foi fundador do projeto, tem priorizado, na verdade, no quadro da ZOPACAS e da parceria com a África, uma maior cooperação com alguns países, como a Nigéria, Angola e África do Sul. A crescente presença brasileira no continente africano, em especial a gerência das relações com os países da África Ocidental, decorre da necessidade de colocar em evidência uma estratégia de cariz abrangente e cooperativo com as grandes potências geopolítica do Atlântico Sul (Arsénio, 2014). Entretanto, os receios do Brasil com relação ao Atlântico Sul prendem-se particularmente com a expansão das atividades e influência política da OTAN e de outros Estados que não pertencem a esta região geográfica como a China, a Rússia, os EUA e alguns Estados europeus.

Portugal tem convencido os demais países da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), para a necessidade de se reforçar a cooperação no âmbito da segurança, manifestando assim o interesse em ver a OTAN a atuar na região do Atlântico Sul. Porém, o Brasil opôs-se veementemente a qualquer interferência desta organização no hemisfério Sul, apesar de manter uma relação especial com Portugal por razões históricas e pelo facto de serem membros destacados da CPLP. O Brasil, que possui

a maior costa atlântica do mundo, tem um interesse especial na promoção da paz e da segurança no hemisfério Sul (Arsénio, 2014). A propósito, a localização estratégica dos arquipélagos de Fernando de Noronha e Trindade, proporcionaram prosperidades ao Brasil, bem como a sua segurança contra ameaças extracontinentais que se aproximavam das suas vulneráveis costas marítimas (Couto e Silva, 1967).

A *Garganta Atlântica*, onde se encontra localizada a costa do nordeste do Brasil e a da África Ocidental, com particular proeminência para o arquipélago de Cabo Verde, destaca-se com um espaço intercontinental de máxima importância para o comércio mundial (Arsénio, 2014), e evidentemente, para as estratégias do Brasil que procura uma cooperação especial com Cabo Verde, com o objetivo de atingir o mercado da África Ocidental e da Europa (Castro, 1999), evitando que haja problemas nesta região que, aliás, constitui uma das suas principais rotas marítimas. Dai que Cabo Verde, pela sua posição geoestratégica, pode desempenhar um papel importante nas estratégias de segurança, tanto para o Atlântico Norte, como para o Atlântico Sul. Por causa da estabilidade política e de se encontrar localizado no portão de entrada do Atlântico Sul, o arquipélago, apesar de ser pequeno e insular, apresenta vantagens geopolíticas importantes (Fernandes, 2015).

## **Cabo Verde nas estratégias de segurança para o Atlântico: as parcerias Norte-Sul e Sul-Sul**

A recusa para a instalação do campo militar atlantista liderado pela OTAN e a rejeição do Pacto da Varsóvia, possibilitaram que o arquipélago de Cabo Verde, após a independência (1975), trilhasse um caminho singular no cenário internacional. O não-alinhamento, ainda que discutível do ponto de vista ideológico, representou para o recém Estado-Nação cabo-verdiano, uma estratégia de sobrevivência, de afirmação e viabilidade no panorama internacional.

Pela sua vocação geográfica, Cabo Verde procurou inserir-se em organizações sub-regionais (Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental – CEDEAO), regionais (União Africana – UA) e internacionais (ONU), com o objetivo de criar as condições necessárias para uma política externa pragmática no âmbito das parcerias Norte-Sul e Sul-Sul no Atlântico. A projeção de Cabo Verde estaria intrinsecamente ligada ao cultivo de uma política de paz e de diálogo com os seus parceiros regionais e internacionais, uma vez que o país depende fortemente das parcerias para debelar as fragilidades e vulnerabilidades do seu território, afastando-se das suas costas marítimas em razão das consecutivas ameaças à segurança, em particular o narcotráfico e a criminalidade conexas. Sustenta José Maria Neves, atual Primeiro-Ministro de Cabo Verde, que, em meio à dimensão global do narcotráfico, é urgente que se construam alianças entre Cabo Verde, Estados vizinhos e organizações internacionais, e daí a necessidade crescente na procura de parceiros externos, a par da assinatura de diversas convenções internacionais no domínio da defesa e segurança (Évora, 2014). Com as novas ameaças no cenário internacional, cabe ao Estado cabo-verdiano delinear as estratégias adequadas para a proteção dos seus cidadãos, na qual a paz e o desenvolvimento pudessem tornar indissociáveis os investimentos no sector da segurança (Amante da Rosa, 2007).

Ponte atlântica na ligação entre os continentes e as civilizações desde os meados do século XV, Cabo Verde passou, nas palavras José Maria Neves, a ser utilizado como uma plataforma para as atividades ilícitas de poderosas organizações criminosas transnacionais (Évora, 2014), e cabia aos sucessivos governos, desde a segunda República (a partir de 1990), a tarefa de encontrar junto das organizações internacionais, as melhores alternativas para por cobro a esta tendência, uma vez que os destinos destas organizações criminosas transnacionais eram os mercados dos países da Europa ocidental e da América do Norte.

O Plano Nacional de Desenvolvimento (PND) de 1982, que norteia as atividades do Estado em diferentes sectores vem, em conjunto com o documento Conceito Estratégico de Defesa e Segurança Nacional (CEDSN) de Janeiro de 2011, definir os aspectos fundamentais da estratégia global para a consecução dos objetivos da política de segurança, adoptada pelo Estado cabo-verdiano. A partir deste ultimo documento estratégico, Cabo Verde ambiciona ser um parceiro ativo na busca de soluções para os problemas de segurança que afetam o mundo e, de forma muito específica, a região onde se insere (Matos, 2014).

No quadro da parceria com o Atlântico Norte, Cabo Verde permitiu que, em 2006, a OTAN organizasse um importante exercício militar que teria lugar em ilhas como a do Fogo, São Vicente e Santo Antão. Não obstante alguns investigadores, políticos e académicos terem questionado tal exercício, pelo facto de o país preconizar a sua política de não-alinhamento, as autoridades nacionais deixaram visivelmente claro que a realização dos exercícios militares não violavam os acordos internacionais de cariz militar e às formas de cooperação e de integração em organizações internacionais de segurança e de defesa (Varela, 2007).

Entre 15 e 28 de Junho de 2006 decorreram em solo cabo-verdiano diversos exercícios militares, um dos quais intitulado inicialmente *Livex 2006* e, posteriormente, *Steadfast Jaguar 2006*, que procurava testar e validar a *NATO Response Force* (NRF), que surgiu após a *Cimeira de Praga* em 2002, como uma resposta às novas ameaças transnacionais, fazendo face à ambição de se tornar mais global, com a qual a OTAN passasse a usufruir de instrumentos de intervenção rápida e eficazes na prevenção e resolução de conflitos em qualquer parte do mundo (Bernardino, 2008). A escolha da OTAN por Cabo Verde justifica-se pelo facto de o país ter uma relativa estabilidade política e militar que permite, de forma adequada, verificar a operacionalidade da NRF, que constitui, em traços gerais, uma força combinada, dotada de uma tecnologia sofisticada, com elementos navais, aéreos e terrestres destacáveis, pronta para missões específicas em locais longínquos num curto espaço de tempo, e capaz de se sustentar para onde quer o Conselho do Atlântico Norte decidisse enviá-la (Bernardino, 2008). Isto significa igualmente que o arquipélago, pode desempenhar um papel importante na segurança do Atlântico Norte. Sabendo que este país se situa no cruzamento das principais rotas comerciais e por ser um zona de passagem ilegal de pessoas, armas e tráfico de estupefacientes, as potências mundiais e as organizações internacionais têm vindo a investir no país de forma a estabelecer parcerias sólidas que permitem reforçar a sua utilidade para a segurança atlântica e internacional.

No caso de Cabo Verde, que é acima de tudo, arquipelágico, de dimensão territorial e populacional reduzidas e, com a agravante de ser um país desprovido de recursos e economicamente dependente,

o sector da segurança deve situar-se num plano elevado das preocupações por parte do Estado. De facto, o arquipélago encontra-se encrostado numa importante zona de comunicação marítima, e não apresenta as mínimas condições para o controlo da sua zona costeira (Amante da Rosa, 2007). A nível da sociedade civil cabo-verdiana tem-se vindo a consolidar a ideia de que os mecanismos para o combate de ameaças devem ser feitos numa perspectiva de aprofundamento de cooperação internacional, que obedeça à sua natureza multissetorial e pluridimensional (Amante da Rosa, 2007).

Deste modo, é natural que Cabo Verde tenha pensado em contornar as limitações em termos económicos, mediante as diferentes formas de cooperação geoestratégica, mas também é verdade que o mesmo deverá assumir os seus compromissos em defesa da paz e da segurança atlântica, particularmente, na promoção de uma política que procura propagar uma estreita relação entre o Atlântico Norte e o Atlântico Sul.

## Conclusão

Face à complexidade e volatilidade dos fenómenos internacionais, cabe ao Estado estabelecer diferentes formas de parceria e de cooperação internacional, apoiar o desenvolvimento de alianças, consórcios e parcerias internacionais, no sentido de delinear as melhores estratégias para debelar as ameaças e riscos à segurança dos seus territórios e da região geográfica onde efetivamente se encontra inserido. Mostra-se aqui necessário de forma integrada, continuar sob forma coordenada, avaliar as ameaças que colocam em risco de estabilidade os países circunscritos pelo Atlântico, tanto do hemisfério Sul como do Norte.

Região palco de inúmeras incidências de origem difusa, o Atlântico pode tonar-se, no quadro de parceria e de cooperação, mais próspero, seguro e preparado para enfrentar os diferentes desafios. Neste âmbito, o arquipélago de Cabo Verde poderá desempenhar um importante papel neste processo uma vez que se situa na *Garganta Atlântica* e assim se constituir como uma região pivô no combate às atividades ilícitas que marcam a região da costa ocidental africana e da costa leste da América do Sul. Relativizar os impactos negativos e buscar soluções alternativas, são atualmente os desafios para o Estado cabo-verdiano, que necessita articular mecanismos para proceder a um diagnóstico conjuntural e detectar as ameaças que podem colocar em risco a estabilidade política, governamental, económica e social do arquipélago (Correia e Silva, 1996), num contexto internacional fortemente marcado e abalado por fenómenos como o tráfico de armas e de pessoas que assolam a região da África Ocidental, o terrorismo na Somália, na Nigéria e no Mali, e a pirataria marítima que assola a região do Golfo da Guiné, pela sua riqueza petrolífera e de hidrocarbonetos.

É legítimo que Cabo Verde, exemplo de *good governance* e de transparência na gestão pública invocado para o resto de África (Lourenço, 2006), ambicione ser uma região pivô e um “produtor” da segurança no Atlântico, promovendo, dessa forma, a interação e a parceria entre o hemisfério Norte e Sul. Estas são algumas das exigências que devem estar em conformidade com a realidade dinâmica global, tirando partido das sinergias das parcerias Norte-Sul e Sul-Sul. Cabo Verde encontra-se em

condições de corresponder aos desafios que, na ordem regional e internacional, o interpelam cada vez mais no espaço que, do ponto de vista geoestratégico e geoeconômico, naturalmente lhe cabe (Lourenço, 2006). Toda a arquitetura de segurança do Atlântico passa necessariamente pela priorização de uma relação de parceria entre o hemisfério Norte e Sul e, neste sentido, o arquipélago poderá desempenhar um papel de extrema importância, que o pode projetar, obtendo o devido respeito e autonomia, no cenário internacional.

## Bibliografia

- Alaggapa, Muthiah (Ed.). *Asian Security Practice: Material and Ideational Influences*. Stanford: Stanford University Press, 1998.
- Amante da Rosa, Manuel. “Geoestratégia de Cabo Verde no Atlântico Médio”. *Revista Direito e Cidadania*, no. 25/26 (2007): 163-87.
- Arsénio, Luís. A Relação Estratégica do Brasil com o Espaço Lusófono Atlântico. In *O Mar no Futuro de Portugal: Ciência e Visão Estratégica*, coordenado por Pedro Borges Graça e Tiago Martins, 241-49. Lisboa: Centro de Estudos Estratégicos do Atlântico, 2014.
- Baldwin, David. “The Concept of Security”. *Review of International Studies*, no. 1 (1997): 5-26.
- Bernardino, Luís Manuel e Leal, José Santos. *A Arquitetura de Segurança e Defesa da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (1996-2011)*. Lisboa: Instituto da Defesa Nacional, 2011.
- Bernardino, Luís Manuel. *Estratégias de intervenção em África: Uma Década de segurança e Defesa na Comunidade dos Países de Língua Portuguesa*. Lisboa: Prefacio, 2008.
- Buzan, Barry. *People, States and Fear: An Agenda for the International Security Studies in the Post-Cold War Era*. Boulder: Lynne Rienner, 1991.
- Castro, Therezinha de. *Geopolítica: Princípios, Meios e Fins*. Rio de Janeiro: Bibliex, 1999.
- Correia e Silva, António Leão. *Histórias de um Sahel Insular*. Praia: Spleen Edições, 1996.
- Correia, Pedro de Pazarat. *Manual de Geopolítica e Geoestratégia: Análise Geoestratégica de um Mundo em Conflito*. Coimbra: Editora Quarteto, 2004.
- Coutau-Bégarie, Hervé. *Geoestratégie de L’Atlantique Sud*. Paris: PUF, 1985.
- Couto e Silva, Golbery do. *Geopolítica do Brasil*. Rio de Janeiro: Livraria Jose Olympio, 1967.
- Cravinho, João Gomes. *Visão do Mundo: As Relações Internacionais e o Mundo Contemporâneo*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2006.
- Dannreuther, Roland. *International Security: The contemporary Agenda*. Cambridge: Polity Press, 2007.
- Évora, Maurino. “A Evolução do Processo de Securitização do Narcotráfico em Cabo Verde: Das limitações do Estado à Displícência da Sociedade Civil”. In *As Relações Externas de Cabo Verde: (Re)leituras Contemporâneas*, organizado por José Pina Delgado et al, 450-73. Praia: ISCJS, 2014.
- Fernandes, Jorge Henrique Cabral. “A Soberania Cibernética na Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZOPACAS)”. In *Amazônia e Atlântico Sul: Desafios e Perspectivas para a Defesa no Brasil*, organizado por Gilberto Fernando Gheller et al, 263-304. Brasília: IPEA/NEP, 2015.

- Filho, Pio Penna. “Reflexões sobre o Brasil e os Desafios do Atlântico Sul no início do Século XXI”. In *Amazônia e Atlântico Sul: Desafios e Perspectivas para a Defesa no Brasil*, organizado por Gilberto Fernando Gheller et al, 149-84. Brasília: IPEA/NEP, 2015.
- Filho, Pio Penna. *O Brasil e a África do Sul: O Arco Atlântico da Política Externa Brasileira (1918-2000)*. Porto Alegre: Funag/MRE, 2008.
- Hurrell, Andrew. “Security in Latin America”. *International Affairs*, no. 3 (1998): 529-46.
- Lourenço, Paulo Lopes. “Cabo Verde ou da Necessidade de uma Nova Parceria”. *Revista Nação e Defesa*, no. 114 (2006): 7-14.
- Matos, Antero. “A Visão Integrada da Segurança no Conceito Estratégico de Defesa e Segurança Nacional”. In *As Relações Externas de Cabo Verde: (Re)leituras Contemporâneas*, organizado por José Pina Delgado et al, 425-49. Praia: ISCJS, 2014.
- Matos, Antero. “Os Desafios da Segurança Marítima na África Ocidental: uma Perspetiva de Cabo Verde”. *Revista Nação e Defesa*, no. 131 (2012): 79-90.
- Moreira, Adriano. *Teoria das Relações Internacionais*. Coimbra: Almedina, 2002.
- Moreira, Adriano. “Segurança e Defesa”. *Revista Nação e Defesa*, no. 45 (1998): 39-51.
- Nozar, Karina da Silveira et al.. *A Segurança Coletiva Pós-Guerra Fria: A Influência da Organização do Tratado do Atlântico Norte – OTAN*. São José: Univali, 2004.
- Tomé, Luís. “Segurança”. In *Enciclopédias das Relações Internacionais*, organizado por Nuno Canas Mendes e Francisco Pereira Coutinho, 469-72. Lisboa: Don Quixote, 2014.
- Varela, Odair Barros. “A Encruzilhada da Defesa e Segurança no Atlântico Médio: Cabo Verde entre a ‘Espada’ da NATO e a ‘Parede’ Africana”. *Revista Direito e Cidadania*, no. 25/26 (2007): 219-48.
- Varela, Odair Barros. *Qual a Relevância das Armas Nucleares num “Novo” Conceito de Segurança?* Coimbra: Mimeo/FEUC, 2000.